

## **O SISTEMA POLÍTICO DE JACIARA: CONDICIONANTES TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES**

Amadeo Silva de CARVALHO

Docente de Filosofia da educação, Teoria da educação e Metodologia Científica na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE em Jaciara, MT.

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é apresentar um panorama geral do sistema político de Jaciara, MT, e fazer uma análise deste com a finalidade de tentar compreender tal sistema e suas características.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Nacional, sistema político, clientelismo, assistencialismo, neopopulismo, nepotismo, coronelismo.

### **ABSTRACT**

The objective of this work is to present a general panorama of the system politician of Jaciara, MS, and to make an analysis of this with the purpose trying to understand such system and its characteristics.

**KEY WORDS:** National politics, system politician, clientelismo, assistencialismo, neopopulismo, nepotism, coronelismo.

A proposta central deste trabalho consiste em analisar e/ou entender o sistema político de Jaciara, o qual se evidencia com elementos como: clientelismo, assistencialismo, neopopulismo, nepotismo, filhotismo, fisiologismo político, obreirismo e troca de favores. São elementos típicos do fenômeno político que comandou a política nacional por muito tempo, chegando até mesmo a influenciar na identidade da política nacional, e que, com as suas variações no tempo e no espaço, continua os

traços desse fenômeno político nos dias de hoje, principalmente na política local. Trata-se do “coronelismo”, e que hoje podemos chamar de “neocoronelismo”.

“O neologismo surgido na década de 30, formado de *coronel* mais o sufixo *ismo*, para designar de forma geral certas práticas políticas e sociais próprias do meio rural e das pequenas cidades do interior brasileiro (...)”. Para V. Nunes Leal, o coronelismo ‘seria uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa,’ é também caracterizado por uma relação de compromisso entre ambos, tendo como consequência o ‘falseamento do voto e a desorganização dos serviços locais.(..)’<sup>64</sup>

Pode-se, então, começar com os seguintes questionamentos: Por que tal sistema é assim e não de outra forma? Ele existe em si mesmo ou isoladamente? Ele está relacionado à política nacional? Como e por que passou a existir esse sistema político em Jaciara? Esse sistema sofreu mudanças ao longo da história ou continua inalterado? O que virá a acontecer com esse sistema? O que pode vir a acontecer em sentido contrário?

Nos primeiros 20 anos do século XX houve grandes mudanças na sociedade Brasileira. A expansão da economia cafeeira tinha trazido riquezas para a região Sudeste. No Nordeste, as exportações do açúcar se expandiram bastante em virtude da Primeira Guerra Mundial. A região Norte presenciou um grande surto de exportação de borracha. Na região Sul, as exportações de carne industrializada estimularam a atividade da pecuária. Na esteira do café, as atividades fabris, bancárias e comerciais adquiriram um vigor até então nunca visto.

Por maior que seja a intensidade dessas atividades e das urbanas, não podemos perder de vista que elas ainda dependiam essencialmente da expansão das atividades agrícolas. As cidades cresciam impulsionadas pelo campo.

Com o crescimento das cidades, novos grupos sociais foram surgindo, e outros, já existentes, foram ganhando uma importância fundamental no dia-a-dia delas. É o caso, por exemplo, das classes médias urbanas compostas por professores, profissionais liberais, donos de estabelecimentos comerciais, funcionários públicos e outros.<sup>65</sup>

A existência desses grupos fez com que se ampliassem os serviços ligados à educação, saúde, transportes, justiça e lazer. Mas na política muita coisa continuou a

---

<sup>64</sup> **Dicionário** de ciências sociais - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 274

<sup>65</sup> LEAL, Victor Nunes, **Coronelismo Enxada e voto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p 30

ser como era antes, isto é, mantinha-se, em grande parte, o domínio dos grandes fazendeiros. As eleições eram fraudadas e só ganhava o candidato indicado que estava no poder ou de outra oligarquia que conseguisse fraudar e ser mais corrupto. As oligarquias dos demais estados apoiavam o candidato indicado por São Paulo e Minas Gerais para a presidência, na maior parte dos casos. Em troca, recebiam do governo a promessa de que a oposição nunca os ameaçaria em seus Estados. Essa troca de favores ficou conhecida como Política dos governadores e se convertia propriamente num apoio político e econômico.

Havia, no entanto, outros grupos urbanos que tinham outra relação com o mundo da política. Ao contrário da vida no campo, onde as relações sociais eram marcadas pelo intenso domínio do coronel sobre os demais e o fazer político se dava praticamente no limite dos “currais eleitorais” e nos “conchavos das elites, nas cidades essas relações se davam de outra forma”. Parcelas da classe média urbana e do movimento operário rejeitavam o chamado “voto de cabresto” e queriam participar mais ativamente da vida política, interferindo nas decisões para fazer valer seus interesses mais imediatos.

Vale ressaltar que a política de Jaciara, grosso modo, é conseqüência desse modelo arcano de política nacional. O poder político é composto por grupos de interesses opostos – característica marcante da história nacional e local. São grupos com interesses antagônicos, mas quando se trata de meios e fins para alcançar o poder estruturalmente ameaçado, se convergem na mesma direção. Ou seja, trata-se de um poder político condicionado pelo poder econômico geralmente proporcionado pela terra, indústria e comércio. Com isso, vê-se nas épocas de campanhas eleitorais as alianças com o poder privado a fim de alcançar o poder a qualquer preço, possibilitando, assim, o crescimento de empresas privadas que tiram grande proveito dessas alianças. Quem perde é apenas a população, pois o interesse privado de grupos e pessoas determinadas é que prevalecerá. E as conseqüências vão ocorrendo durante os quatro anos de administração e talvez até em mandatos posteriores.

Não é de se estranhar, mesmo por aqueles que são mais leigos no assunto, que o prefeito anterior não ofereceu nenhum apoio à candidata de seu respectivo partido (PTB), e que, por debaixo dos panos, apoiou o candidato que se dizia seu adversário (PSDB). Muitos comentam (é claro, esse comentário tem fundamento) que em troca desses apoios o candidato do PSDB assumiria as dívidas deixadas pela administração anterior. Mas o que resultou mesmo é que atualmente a Prefeitura se

encontra com dívidas e com os salários do funcionalismo em atraso. O prefeito responsável por essas dívidas poderia ser punido pela lei de responsabilidade fiscal, mas tudo continua tranqüilo, e o prefeito atual assumiu todas as dívidas. Será que não dá para crer que atrás de tudo isso há uma jogada política interessada? É o prejuízo para os cidadãos? Veja se a coisa pública é tratada dessa forma.

Esse tipo de alianças que podemos chamar de troca de favores criou e/ou influenciou na mentalidade do povo, é em prosseguimento tardio na República Velha com o “neocoronelismo” e, porque não dizer que ainda persistem vivamente em nossa época.

Victor Nunes Leal, em “Coronelismo Enxada e Voto”, analisou o fenômeno do “coronelismo” que, segundo ele, é característica típica da política do interior, isto é, do poder local que corresponde a uma quadra na evolução de nosso povo. Ele disse que:

“O fenômeno de imediata observação para quem procura conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado “coronelismo”. Não é um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal... como indicação introdutória devemos notar desde logo, que concebemos o “coronelismo” resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo de uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestações do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com o poder político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência a nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visível no interior do Brasil.”.

Se ainda não temos numerosas classes médias nas cidades do interior, muito menos no campo, onde os proprietários ou posseiros de ínfimas glebas, os “colonos” ou parceiros, e mesmo pequenos sítiantes, estão pouco acima do trabalhador assalariado, pois eles próprios freqüentemente trabalham sob salário de forma complementar. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. Essa linha de raciocínio pode valer também para a cidade, principalmente as periferias, que possuem uma população de baixíssima

renda e um grande número de analfabetos que aceitam facilmente esses tipos de favores, embora num contexto diferente – um exame médico, uma cesta básica, um pequeno benefício para o seu bairro ou sua rua.

Essa prática foi marcante na última eleição em Jaciara. Muitos candidatos a vereadores chegaram a comparar o número de votos obtidos com a quantidade de dinheiro aplicados na campanha eleitoral. A compra de votos, mesmo no dia da eleição, se deu de maneira escandalosa, sem nenhum tipo de proibição e/ou fiscalização. Podemos, com isso, afirmar que as práticas neocoronelistas se dão tanto no decorrer das campanhas eleitorais quanto no momento da administração.

Não se compreenderia, contudo, essa liderança municipal só com fatores apontados. Há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. É neste capítulo que se manifesta o paternalismo com sua recíproca: negar pão e água ao adversário. Para favorecer os amigos, o chefe local muitas vezes vai para a zona confusa que medeia o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. A definitiva reabilitação virá com a vitória eleitoral, porque em política, no seu critério, “só há uma vergonha: perder”. Por isso mesmo o filhotismo tanto contribui para desorganizar a administração municipal.

Um dos motivos dessa desorganização é a generalizada cultura do interior, cópia muito piorada da incultura geral do país. Se os próprios governos federal e estadual têm dificuldade em conseguir funcionários capazes, por isso mesmo vivem improvisando técnicos em tudo de uma noite para o dia, imagine-se o que será dos municípios mais atrasados, como por exemplo, o de Jaciara, que é o nosso objeto de estudo.

Outra parte da responsabilidade pela ausência da “Boa Política” cabe, de um lado, o filhotismo, que convoca muitos para a alçada municipal, e de outro lado, a má utilização do dinheiro público e as suspeitas de uso até mesmo dos bens e dos serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais. A outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos, pau”.

Em Jaciara, não houve a fase do coronelismo clássico, que constituiu primeiro um poder privado para depois esse poder perder espaço e negociar com o Poder Público. Em Jaciara o poder no campo (CIPA) já surgiu em aliança com o Estado e depois a elite local moveu a autonomia política artificial do município para a

manifestação e usufruto de uma estrutura de poder local inclusive para a defesa de seus interesses e necessidades econômicas.

É preciso, pois, descobrir a espécie de debilidade que forçou o poder público a estabelecer o compromisso de tipo “coronelista” na região.

As práticas políticas neocoronelistas agradam e muito aqueles que perseguem cegamente o poder político local e porque não em outras instâncias como estadual e federal. Essa evidência em Jaciara se dá no tocante as alianças feitas entre partidos e o poder privado bem como grande parte dos comerciantes e parece ser o caso também da Usina de Jaciara S/A. A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida de forma reciclada e ressignificada, aos condutores do rebanho eleitoral. Despejando seus votos nos candidatos governistas estaduais e federais, os dirigentes políticos locais fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município.

Há evidências de que tais práticas políticas vêm acontecendo atualmente em Jaciara – devido aos compromissos políticos assumidos em tempos de campanhas eleitorais frente ao governo do Estado e demais parlamentares. Com isso Jaciara vem se tornando uma espécie de “curral eleitoral”. Assim, temos visitas oportunistas em qualquer evento político, cívico ou festivo em Jaciara de “ilustres” figuras políticas nunca vistas antes. Enquanto isso, resultados melhores e práticos para a população são quase que inexistentes.

Hoje, o sistema político municipal de Jaciara, tem feição marcadamente governista. Para alcançar esse resultado, o governo estadual teve de garantir sua posição de *parte forte* nessa relação de compromisso político. Essa ascendência de relações de compromissos entre poder local e estadual envolvendo o poder privado resulta naturalmente no fortalecimento do uso privado do poder público, mas que tem sido consolidada também pelo no emprego desse poder para fins de campanha partidária, ou frentes eleitorais.

O município sem receita o suficiente, atado as mãos por processos variados de tutela, cerceado por vezes na composição do seu próprio governo, só consegue realizar qualquer coisa de proveito quando conseguem amparo do alto, daí a dependência do local ao regional e nacional.

Esses e outros fatores já relacionados e analisados também são responsáveis pelo condicionamento do sistema político de Jaciara, na sua trajetória histórica e principalmente nos dias atuais. Não resta dúvida de que as seqüelas desse tipo de relação de compromisso não param para aparecer. Podemos tomar como exemplo o que aconteceu na virada de 2000 para 2001. O prefeito anterior pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não ofereceu apoio à candidata a prefeita do seu referido partido, enquanto que por “debaixo dos panos” apoiava o candidato do PSDB. Muitos boatos surgiram pela cidade no momento da campanha eleitoral do tipo que em troca disso estaria recebendo um cargo do governo estadual assim que findasse o seu mandato e, que também o prefeito posterior assumiria as suas dívidas deixando-o assim livre da lei de responsabilidade fiscal. Provas documentais desse fato não temos, mas de uma coisa se deu a nova gestão Prefeitura assumiu as dívidas e não houve nenhum tipo de denúncia contra o devedor que atualmente se desfruta de cargo político em Cuiabá.

É possível também que foram compromissos assumidos com os cabos eleitorais, com promessa de emprego, que resultaram que a máquina inchou tanto e as dívidas resultantes disso cresceram assustadoramente o que levou a demissão de funcionários. Segundo dados da própria Prefeitura, a dívida da administração anterior chegava à casa dos R\$ 200.000 e no primeiro semestre da nova administração pulou para a casa de R\$ 1.000.000.

Daí a crônica de truculência à facção local governista, acompanhada muitas vezes de represálias. Mas tudo indica haver o favoritismo em relação aos amigos do governo, é que é tão pernicioso para a regularidade da administração municipal. Dentro desse quadro a falta de autonomia maior do município nunca chegou a ser compreendida como problema crucial, porque foi compensada, ao que parece com uma extensa autonomia extralegal, concedida pelo governo do Estado ao partido local de sua preferência, quando este ocupa o poder. Caso os fatos mencionados tenham explicação mais ampla e consistente, reconheceremos a improcedência de nossa consideração.

A concentração e exclusão no crescimento econômico e a modernização do Estado de Mato Grosso são decorrência da ação das elites estaduais desde suas prioridades remetem a investimentos grandiosos em diversos setores, como por exemplo, a infra-estrutura que possibilitou o desenvolvimento agrícola e industrial, fato que consolidou a existência de uma elite econômica jaciarense. E os governos estadual e federal subsidiaram muito disso.

Em Jaciara, na área social, o investimento público destacou-se na construção de postos de saúde, casas populares, creches e praças (reconstrução). Vários convênios com o governo estadual e federal (programas unidade familiar, transporte de alunos e professores dentro do perímetro urbano e rural, transporte de professores a UFMT, etc.). É clara a intenção do poder público municipal de promover-se através de obras espetaculares, e de visibilidade, pois a associação do nome de prefeitos às obras visíveis produz uma idéia de poder, competência e capacidade – fato que na prática administrativa praticamente não existe, ao mesmo tempo em que, eleva o nome do político tocador de obras principalmente quando essas obras beneficiam a população, ou ela pensa que beneficia.

O que a população local e o eleitorado geral ainda não perceberam é que não é favor nem boa ação de nenhum governo proporcionar melhorias e benefício à população, mas sim obrigação administrativa, pois recebem recursos para tal fim.

Em contraste a amenização da pobreza e dos problemas sociais em que vive a maior parte da população jaciarense, está restrita a atuação pequena de entidades religiosas (movimento carismático, grupo espírita, etc.) as quais realizam campanhas assistencialistas, como o sopão, cursos de gestantes com auxílio ao enxoval. Em alguns casos, porém, essas ações não estavam isentas intenções políticas, como por exemplo, o Movimento Carismático Católico que chegou a contribuir para eleger um vereador no último pleito o qual durante a campanha usou o nome da Igreja para se promover publicamente, mas nunca fez nada por ela.

A predominante atitude assistencialista/paternalista em favor dos menos favorecidos provavelmente deriva do vem de enfoque uma atitude conformista com relação à classe, trabalhadora ao mesmo tempo em que reduz a disposição para o embate a questões sociais mais graves e urgentes.

Esse fator é visto por muitos estudiosos como um dos pontos responsáveis pelo não-desenvolvimento do país, pois a ação voluntária fica desestimulada na pressão por mudanças, diminuindo assim o combate pela própria mudança, pois impede uma mobilização radical, transferindo para parcela da população civil uma responsabilidade que é do poder público, e que deveria ser engendrada com maior amplitude e profundidade.

Em seqüência a este raciocínio, é possível afirmar que o atraso econômico é de certa forma, benéfico aos politiquieiros e aos mal-intencionados, pois os poderosos fazem uso deste atraso para manter-se no poder e dispor de privilégios. Um exemplo disso, são os negociantes eleitorais, nas quais esses candidatos trocam cestas



básicas, litros de gasolina ou promessas de emprego pelo voto, que podemos testemunhar levemente nos períodos eleitorais em Jaciara.

Essa é uma situação presente nas varia regiões brasileiras, e não seria diferente em Jaciara, onde dos treze vereadores eleitos na última eleição, onze não tinham nenhum vínculo social anterior com a população e, no entanto ganharam estourados de candidatos que eram ativos na comunidade.

Os exemplos que poderiam ser dados mais os que anunciamos nos levam a defender na urgente criação de sistema políticos alternativos, para todos aqueles que apostam nas mudanças. Como já dissemos anteriormente, o sistema político de Jaciara é condicionado pelo fator econômico e é também meio para aqueles que desejam o poder descomprometido com o social, mas tal sistema também condiciona a mentalidade do povo e dos próprios agentes políticos, pois é dessa mentalidade que depende a sua manutenção e/ou existência.

Por isso torna-se importante o fortalecimento dos sindicatos e movimentos sociais, mesmo os ligados a Igreja como forma de contribuir para o aumento da conscientização política dos seus líderes e depois da população e, com isso, a criação de sistemas políticos alternativos rumo a uma possível virada na trajetória desse sistema político que criou uma espécie de câncer com suas práticas neocoronelistas que tanto impede o desenvolvimento que proporcione uma melhor qualidade de vida à população jaciarense.

Caso contrário, a tendência é continuar tudo como está e quem sabe até piorar mais ainda, pelo que tudo vem indicando, através da administração atual, pois até se descartando assim a possibilidade de mudanças mais radicais. É sabido, que é de interesse das classes dominantes o não – esclarecimento profundo e quantitativo da população sobre as reais condições administrativas e econômicas do município. Isso tem sido marcante ao longo da história política, pois, como demonstrou essa pesquisa, o clientelismo e favoritismo, impedem a maior politização, ou seja, reduz-se a consciência política do povo, no sentido qualitativo.

Essa ação política reverte em favor da elite político-econômica jaciarense, não restando nenhuma outra opção, para a grande maioria, senão medidas paliativas. Para piorar a situação política local, observamos que a instituição parlamentar, que em tese poderia ser lugar de discussões e debate sobre questões sociais e seus encaminhamentos, utilizam boa parte do tempo das sessões para tratar de assuntos e/ou problemas pessoais, discussão entre dois vereadores que, outrora, do mesmo

partido, tinham seus desentendimentos e da Câmara Municipal foram direto para a Delegacia à Polícia.<sup>67</sup>

Diante disso tudo, perguntamo-nos qual é o papel do poder político local?

Do ponto de vista do poder político, o eleitorado brasileiro (em sua maioria) esquece fácil os escândalos políticos. Será que o povo realmente tem memória curta? E se não tem, porque colabora com políticos corruptos reelegendo-os apesar dos indícios e muitas vezes, certeza de práticas políticas que enfatizam o favoritismo, empreguismo, obras e promessas mirabolantes?

A função geral do sistema político local foi apresentado, ou seja, ela é a de garantir a parcela da elite local o usufruto do aparelho de estado local, geralmente, com favorecimento pessoal e/ou grupal o que se entende, via de regra para o rol de seus interesses e necessidades econômicas e sociais. A elite local (ao contrário do Coronelismo clássico) já nasceu atrelada e dependente do Estado regional e federal e dos partidos políticos em âmbito regional e nacional. Daí no fundo ela viabilizou os interesses maiores do capital e do Estado na região.

O povo, geralmente manobrado e com papel secundário nisso acaba participando desse sistema como cúmplice parcial, na medida em que se deixa levar por promessas mirabolantes ou benefícios mediatos.

Entretanto, como vimos, esse próprio povo engendra novas possibilidades políticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REIS , Fábio Wanderlei. (2000) **Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia Crítica da Política**, Belo horizonte, UFMG, pp. 11-15.

ORTIZ , Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo, Brasiliense, 1985, 3 a. ed., p. 14-36.

FAORO , Raimundo. **Existe um Pensamento Político. Brasileiro?** São Paulo, Editora Ática, 1994, pp. 7- 18.

FAORO , Raimundo. **Existe um Pensamento Político. Brasileiro?** São Paulo, Editora Ática, 1994, pp. 19-51.

SANTOS , Wanderley Guilherme. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**, pp. 67-91.

---

<sup>67</sup> Vereador Antônio Lucas que ainda faz parte do PT e Valdemir Costa que deixou o PT para entrar no